

Apresentação

Em linha com a resistência popular aos efeitos da crise capitalista, *Lutas Sociais* apresenta neste número o dossiê *Barricadas Urbanas*, o qual se reveste de grande importância por várias razões. Em primeiro lugar, a crise atual teve seu epicentro no colapso do mercado imobiliário estadunidense, espalhando-se para a Europa através do sistema financeiro “intoxicado” por ativos podres. Um dos efeitos imediatos, que se revelou de longo prazo, foi trazer de volta aos Estados Unidos e à Europa a questão habitacional, que se acreditava, com certa dose de ilusão, resolvida.

No Brasil deste início de século, onde a realidade dramática nunca permitiu tal devaneio, a questão urbana adquire contornos multiformes e desencontrados. Explico-me: está em vigor o Estatuto da Cidade, uma legislação avançada do ponto de vista jurídico, com intensa participação institucional e, a par disso, há certa glamorização da periferia urbana através da sua incorporação a programas televisivos. Entretanto, este quadro róseo coexiste com a criminalização da pobreza, em geral, e dos movimentos populares, em particular, por meio do enquadramento de militantes no código penal ~~como~~ e de um discurso da ordem que legitima despejos violentos e ilegais, como o caso do bairro Pinheirinho em São José dos Campos, no estado de São Paulo, em janeiro de 2012 – retratado na capa da presente edição de *Lutas Sociais* –, atentados a acampamentos e militantes e despejos de comunidades pobres para dar lugar a megainvestimentos.

Acrescente-se a estas razões gerais algumas de natureza propriamente acadêmicas: 1) a assim chamada questão urbana, que se tornou título de um livro de referência nos anos de 1970, cujo autor, Manuel Castells, o considera superado, pode ser revisitada tanto na perspectiva de novos como de experientes pesquisadores; 2) o debate sobre classes sociais, que sofreu acentuado declínio nos anos de 1990, reaparece aqui com novas investigações empíricas de jovens pesquisadores; 3) de modo geral, detecta-se no conjunto uma mudança de perspectiva de análise em relação à literatura das décadas de 1970 e 1980 na medida em que a abordagem se desloca da dicotomia produção/reprodução, que embasava muito daquele debate, para a produção capitalista da cidade como processo global.

Assim, Harvey abre o dossiê com o artigo *O direito à cidade* – título propositalmente tomado de empréstimo a Lefebvre –, no qual apresenta um amplo panorama histórico e geográfico das políticas de investimento no espaço urbano, para introduzir a necessidade de um debate democrático sobre a alocação do excedente de capital como efetivação do direito anunciado no título. Em seguida, Marcelo Lopes de Souza aborda a militarização urbana com muita perspicácia; Renata Gonçalves traça um paralelo entre as Madres de Plaza de Mayo e as Mães de Maio, cujo denominador comum é a trajetória da dor à luta; Elton Rafael Lorena apresenta uma reflexão teórica sobre a relação entre classe e o urbano capitalista; Fabrício Luís Duarte e Edilson José Gracioli

tomam como objeto os Jogos Pan-Americanos Rio 2007 para examinar a relação entre megaevento e ideologia de classe; Nathalia Oliveira, embasada em denso material empírico, examina a relação entre classe e gênero Débora Goulart explora os limites e possibilidades do conceito de subproletarização, tendo por referência a base social do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto; Eliel Machado, fechando o dossiê, discute os limites das lutas “semiproletárias”, tomando como objeto as lutas indígenas do Ecuador.

Na seção miscelânea, Décio Saes examina o modo pelo qual a categoria de sujeito age dentro da esfera jurídica e se relaciona com o sistema econômico; Gilmar Mauro, dirigente do MST, em entrevista concedida a Deni Irineu Alfaro Rubbo, aborda a questão do internacionalismo como um desafio do tempo presente; Félix Pablo Friggeri se apoia no conceito de populismo, como expressão positiva de uma tradição democrática, para analisar a relação entre lutas indígenas e governos latinoamericanos; Nuria Giniger propõe como discussão teórica, deslocar o debate sobre hegemonia para o espaço fabril; por fim, Paulo Cunha recupera a trajetória do Setor Militar do PCB, o Antimil, procurando apreender sua estrutura organizacional.

Mais uma vez *Lutas Sociais* procura apresentar ao leitor uma combinação de pesquisa empírica e reflexão teórica de nível elevado sobre os problemas que afetam as classes trabalhadoras e suas experiências de luta.

Jair Pinheiro
(pelo Comitê Editorial)

Nota do editor:

Circula em versão impressa e – o que é pior, internauta – um texto de Caio Navarro Toledo, onde se afirma que “*Lutas Sociais*, em virtude de seu vínculo institucional, não se define como uma revista marxista”. Admiramos a importantíssima atividade teórico-política deste intelectual, mas, seja lá o que ele entende por vínculo institucional, o trecho citado carece de fundamento.

Lúcio Flávio Rodrigues de Almeida.